

A. I. N° - 03502917/98
AUTUADO - PANIFICADORA E LANCHONETE SARA LTDA. (LANCHONETE SARA LTDA.)
AUTUANTE - MARCUS VINÍCIUS B. CAMPOS
ORIGEM - INFAZ IGUATEMI
INTERNET - 09.07.03

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0235-03.03

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS EFETUADAS POR MICROMEPPESA COMERCIAL VAREJISTA. De acordo com a legislação da época, uma microempresa comercial varejista, ao adquirir mercadorias de outras unidades da Federação, deveria efetuar o pagamento do ICMS por antecipação, até o dia 10 do mês subsequente ao de sua entrada no estabelecimento. Exclusão das notas fiscais relacionadas no CFAMT, mas que não foram trazidas aos autos. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração de 18/02/98, exige ICMS no valor de R\$10.621,80 em decorrência da falta de recolhimento do ICMS a título de antecipação tributária, nas aquisições de mercadorias efetuadas em outros Estados.

O autuado ingressa com defesa, fls. 16/17 e aduz que não tem conhecimento da origem da suposta infração, já que não foi identificada de onde surgiu à base de cálculo das “compras de outros Estados”. Pede a nulidade do Auto de Infração posto que lavrado sem a necessária clareza e precisão do fato gerador, decisão não fundamentada e lançamento de ofício sem elementos suficientes para se determinar com segurança a infração. Ao final discorre sobre o lançamento fiscal, que deve decorrer de detido exame para apurar apenas o que seja devido.

O autuante manifesta-se à fl. 18, e mantém a ação fiscal na íntegra, entendendo que o sujeito passivo apenas divagou na sua peça defensiva.

A 3ª JJF diligenciou a INFAZ de origem, para que fossem juntadas aos autos as notas fiscais integrantes dos relatórios de fls. 09/12, com reabertura do prazo de defesa.

O autuante esclarece que os relatórios das fls. 09/12 foram extraídos dos arquivos da SEFAZ, e que não teve acesso às notas fiscais que os originaram.

Diante da informação acima, esta Relatora diligenciou os autos à Diretoria de Planejamento de Fiscalização/GETRA, para que fossem anexadas as notas fiscais relacionadas no CFAMT, de fls. 08/12.

Em resposta à solicitação, foram encaminhadas ao CONSEF, 40 notas fiscais, com a ressalva de que 03 notas fiscais foram digitadas em duplicidade, e 34 não foram localizadas.

Em nova diligência, esta 3ª JJF deliberou que o PAF fosse remetido à Inspeção de origem para que o autuante refizesse os cálculos do Auto de Infração, e elaborasse novo demonstrativo de débito. Em seguida, que o autuado fosse intimado com a consequente reabertura do prazo de

defesa, para que se pronunciasse acerca da juntada dos documentos e do novo demonstrativo de débito.

O autuante em atendimento ao solicitado, elabora novos cálculos, dos quais resultaram o ICMS de R\$4.659,35 no mês de dezembro de 1996 e de R\$46,01 no mês de janeiro de 1997, de acordo com as notas fiscais que foram anexadas aos autos, mas com a ressalva de que os lançamentos feitos para alimentar o sistema CFAMT deveriam ser considerados em sua totalidade.

Estando o contribuinte com sua inscrição cadastral cancelada, após algumas tentativas de localizá-lo (fls. 73/93), foi realizada a intimação por Edital nº 015/2003, mas não houve manifestação do autuado.

VOTO

Rejeito a preliminar de nulidade apresentada, haja vista que o Auto de Infração foi saneado e o contribuinte teve o prazo de defesa reaberto, não havendo contudo se manifestado nos autos.

Trata-se de Auto de Infração lavrado contra uma panificadora inscrita na condição de microempresa comercial varejista, que exige o recolhimento do crédito tributário devido a título de antecipação tributária nas aquisições de mercadorias efetuadas em outros Estados da Federação.

De acordo com a legislação da época, uma microempresa comercial varejista, ao adquirir mercadorias de outras unidades da Federação, deveria efetuar o pagamento do ICMS por antecipação, até o dia 10 do mês subsequente ao de sua entrada no estabelecimento.

Inicialmente o autuante tomou por base os dados constantes nos relatórios CFAMT, de fls. 09/12, mas através de diligência foram trazidos aos autos parte das notas fiscais neles relacionadas, e que efetivamente comprovam as aquisições efetuadas pelo contribuinte.

O autuante com base nas notas fiscais anexadas ao PAF, refez o demonstrativo de débito, à fl. 70, e aplicando a TVA de 20%, relativa à atividade comercial de panificação, encontrou o ICMS no mês de dezembro de 1996 da ordem de R\$4.659,35 e em janeiro de 1997 de R\$46,01.

Concordo com os novos números apresentados pelo autuante, pois baseados nos documentos fiscais de fls. 25/65, de diversos fornecedores, cujo destinatário é o autuado, e este, embora regularmente intimado, não se manifestou quanto aos novos cálculos apresentados.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **03502917/98**, lavrado contra **PANIFICADORA E LANCHONETE SARA LTDA. (LANCHONETE SARA LTDA.)**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$4.705,36**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “F”, da Lei nº 7.014/96, e acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 30 de junho de 2003.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR